

A literatura infantil e juvenil
indígena brasileira contemporânea:
uma leitura da obra
Irakisu: o menino criador, de Renê Kithãulu

*Contemporary Children's and Juvenile's
Brazilian Indigenous Literature:
a Reading of the Work
Irakisu: o menino criador, by Renê Kithãulu*

50

Anna Maria Ribeiro F. M. Costa*
Fundação Nacional do Índio - Funai

Rosemar Eurico Coenga*
Centro Universitário Cândido Rondon - Unirondon

RESUMO: Este ensaio tem por objetivo traçar um panorama da literatura infantil e juvenil brasileira contemporânea de temática indígena. A pesquisa tomou por base a análise de 373 livros infantil e juvenil, quando identificamos dois grupos de escritores: índios e não índios. O primeiro grupo, com 91 livros de escritores que criaram uma literatura baseada na experiência de aldeia e que escreveram a partir da memória de sua gente. O segundo grupo,

* Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

* Doutor em Literatura pela Universidade de Brasília.

em maior quantidade, conta com 222 obras e trazem narrativas míticas e vivências do cotidiano indígena. Para análise, selecionamos a obra *Irakisu: o menino criador*, do indígena Renê Kithãulu, publicada em 2002 a fim de analisar os traços culturais do povo nambikwara. Em resumo, a produção literária de autoria indígena, possibilita, de muitas maneiras, que se ampliem alguns significados e se pluralizem olhares sobre a temática.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura infantil e juvenil. Autores. Indígena.

ABSTRACT: This essay aims to give an overview of children's literature and contemporary Brazilian youth of indigenous issues. The research was based on analysis of 373 children and youth books, we identify two groups of writers: Indians and non-Indians. The first group, with 91 books of writers who created an experiential village and wrote from memory of its people literature. The second group, in greater quantity, features 222 works and brings mythical narratives and experiences of indigenous everyday. For analysis, we selected the work *Irakisu: o menino criador*, Rene indigenous Kithãulu, published in 2002 in order to analyze the cultural traits of Nambikwara people. In summary, the literary production of indigenous authorship, enables, in many ways, which extend some pluralized meanings and perspectives on the topic.

KEYWORDS: Children's and Young Adult Literature. Authors. Indigenous.

Introdução

A partir de um levantamento de obras relacionadas à literatura que retrata a cultura indígena, objetivamos apresentar uma proposta que evidencie uma epistemologia que propõe novas perspectivas acerca da interpretação do mundo, sob a ótica indígena. Assim, descrever e interpretar o mundo são atos que podem seguir outros caminhos que não sejam somente aqueles adotados pelo conhecimento institucionalizado.

Nessa perspectiva, a análise de uma produção literária consiste em uma metodologia que possibilita uma representação textual da organização dos indígenas em terras milenarmente ocupadas, que vai se contrapor a tais categorias que obedecem a uma perspectiva etnocêntrica, à medida que criam modos distintos de representação. Nossa pesquisa tomou como base a análise 373 livros destinados ao público infantil e juvenil, quando identificamos a existência de dois grupos de escritores: os índios e os não índios. No primeiro grupo, foram selecionados 105 livros de escritores que

criaram uma literatura baseada na experiência de aldeia, ou seja, que escreveram o cotidiano aldeão a partir da memória tradicional de sua gente. O segundo grupo, em maior quantidade, conta com 268 obras e traz tanto textos baseados em narrativas míticas, fontes bibliográficas, quanto os resultados de suas vivências com as sociedades indígenas. Nesta análise, elegemos obras infantis e juvenis em virtude de uma modesta produção voltada ao público adulto, quando se pode mencionar os romances *Iracema* (1957), *O Guarani* (1865), *Ubirajara* (1874), de José de Alencar; *Quarup* (1967), de Antônio Callado; *Maira* (1976), de Darcy Ribeiro.

Após essas etapas, o processo metodológico voltou-se para a leitura e análise das narrativas de todo o acervo bibliográfico. Tivemos a intenção de averiguar de que forma a construção da identidade indígena havia sido construída a partir do acervo que discute a temática. Temíamos encontrar em grande parte dos livros analisados uma construção identitária do índio genérico, ou seja, de que todos os índios que atualmente habitam o território brasileiro são iguais. Um discurso bastante comum nas escolas, onde sua imagem ainda é firmada “na situação de índios específicos, investidos de seus atributos e vivendo segundo seus costumes, à condição de índios genéricos, cada vez mais aculturados, mas sempre índios em sua identificação étnica” (RIBEIRO, 1995, p. 86).

Por último, foi selecionada a obra *Irakisú: o menino criador*, de Renê Kithãulu, publicada em 2002 pela Editora Peirópolis, da coleção Memórias Ancestrais, coordenada por Daniel Munduruku. O autor, que também é o responsável pelas ilustrações juntamente com crianças Nambikwara, se propõe a trazer traços culturais de seu povo, tendo por base a oralidade e a memória dos mais velhos. Sem dúvida, uma perspectiva de construção do mundo que foge à norma epistemológica. Ao contrário, Renê Kithãulu se propõe a assegurar um conhecimento local, perpetrado por saberes indígenas, ou seja, oferta uma produção (des)colonializada do conhecimento sob o viés do colonizador.

Educação e multiculturalismo

Em nossa análise, de acordo com as novas proposições curriculares, destacamos o papel da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 2001), desdobrada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que nos trazem o tema da Pluralidade Cultural para ser pensado e vivido por professores e alunos.

Historicamente, temos tido dificuldades na abordagem da temática, bastante envolta no preconceito e na discriminação social, baseados em visões estereotipadas em relação à imagem do índio. O tema transversal da Pluralidade Cultural contemplado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais não significou um instrumento suficientemente forte para que a questão do multiculturalismo existente no Brasil fosse abordada nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Neste sentido, um grande desafio foi imposto aos professores quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. O documento altera a Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e passa a estabelecer as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008). A lei vem reforçar - na forma de obrigatoriedade - o que diz a temática dos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural (BRASIL, 2001: 19), ao associar

ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal.

Tal desafio se dá em virtude do pouco interesse por parte dos professores em incluir nos conteúdos, principalmente das disciplinas das áreas das ciências humanas, a questão indígena. A justificativa recai para o vácuo existente em relação aos materiais disponíveis, pois “os professores das escolas não

indígenas [...] muitas vezes não têm informações suficientes ou bem balizadas sobre os índios, embora a cultura indígena faça parte do nosso cotidiano” (FUNARI; PIÑON, 2011). A rica diversidade cultural indígena no país não consiste em um excelente motivo para que esta temática seja contemplada nas disciplinas ofertadas tanto no Ensino Fundamental como o Médio. Livros didáticos do Ensino Fundamental e Médio ainda pecam pelos poucos conteúdos, num país onde há aproximadamente 320.000 aldeados, distribuídos em 215 etnias e falantes de 180 línguas.

Consideramos necessário o trabalho com a literatura infantil e juvenil de temática indígena por reconhecermos tratar-se de um rico manancial de registros de modos de vida, manifestações culturais, espaços construídos, concepções de mundo através dos tempos. Ao traçarmos uma retomada histórica da literatura infantil e juvenil em nosso país, notamos que ela surge num período favorável a uma literatura comprometida com o imaginário e a ludicidade, quando Monteiro Lobato publica em 1921 a obra *A menina do narizinho arrebitado*. Lobato adota, assim, uma postura denunciante da realidade brasileira, constituindo ligação entre a literatura e as questões sociais, com criticidade e inconformismo diante da realidade brasileira.

Lobato se faz presente no acervo bibliográfico em análise com o livro *Aventuras de Hans Staden*. A história se passa no século XVII e reconta o episódio de um alemão que partiu de Bremen (atual Alemanha) e foi feito prisioneiro dos índios Tupinambá, atual cidade de Parati, Rio de Janeiro. O livro de Lobato, uma adaptação de *Viagem ao Brasil e Duas viagens ao Brasil*, de autoria do próprio Staden, foi publicado pela primeira vez no ano de 1557, quando retornou à sua terra natal, depois de ter escapado de um ritual antropofágico. A versão de Lobato inspirou Jô Oliveira a fazer outra adaptação: *Hans Staden: um aventureiro no Novo Mundo* (2005). Da mesma forma, inspirou outra versão de Lucília Garcez em *As aventuras de Hans Staden entre os índios do Novo Mundo* (2000), que integra a coleção *Redescobrimo o Brasil*, da Editora Dimensão, Belo Horizonte. Assim, outros

autores seguiram a trilha de Monteiro Lobato na adaptação de obras literárias infantis e juvenis.

Por sua posição revolucionária diante da literatura, o autor é considerado o pioneiro da literatura infantil brasileira. Ele foge do padrão moralista que seguia esse tipo de obra, estimulando a investigação e o debate sobre assuntos que os valores estabelecidos já forneciam respostas. Cria uma literatura que estimula “o leitor a ver a realidade através de conceitos próprios. Apresenta uma interpretação da realidade nacional nos seus aspectos social, político, econômico, cultural, mas deixa, sempre, espaço para a interlocução com o destinatário” (CADEMARTORI, 1991, p. 51).

Entre 1920 a 1945, a produção literária destinada a crianças e jovens toma corpo. O processo de industrialização pelo qual atravessava o Brasil e a consequente estabilização da classe média fez com que aumentasse o número de consumidores de bens culturais e, com isso, cresceu também a publicação de livros. Outros autores contribuíram significativamente com suas obras, que se tornaram exemplares, como por exemplo, *Cazuza*, de Viriato Correia, *A terra dos meninos pelados*, de Graciliano Ramos, *Taquara-Poca*, de Francisco Marins, *As aventuras de Tibicuera*, de Erico Verissimo e outros.

Durante as décadas de 1960 e 1970, trouxeram um contexto em que apareceram vários dos autores consagrados da literatura brasileira para crianças e jovens. Podemos citar alguns acontecimentos marcantes da época, como o movimento da ditadura militar, a instituição da Lei de Diretrizes e Bases na Educação, à obrigatoriedade da leitura de obras de autores nacionais nas escolas e a criação da maior instituição voltada à literatura infantil e juvenil, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.

Alguns críticos denominam esse período como o *boom* da literatura infantil e juvenil, período marcado por uma renovação da literatura infantil brasileira. Da geração de 1970 em diante, podem-se citar grandes autores que se

dedicaram a explorar o universo infantil e juvenil, alguns eles: Joel Rufino dos Santos, Ana Maria Machado, Ruth Rocha, Sylvia Orthof, Lygia Bojunga Nunes, Ziraldo, João Carlos Marinho, Bartolomeu Campos de Queirós e outros. Muitos dos que se profissionalizaram como escritores principiaram a escrita nessa época e continuam a escrever textos de qualidade para crianças e jovens.

No artigo “Literatura Infantil e Juvenil brasileira: os caminhos da produção e o resgate da memória” (2006), a pesquisadora Rosa Maria Cuba Riche, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, traça um levantamento da recente produção literária e jovens no que se refere à narrativa, nos primeiros anos dessa década, aponta para a retomada de clássicos universais e brasileiros, de contos de fadas, de histórias exemplares, das mitologias grega, indígena e africana, além de temas voltados para as relações interpessoais e para o relato de vida e obra de artistas que escreveram seus nomes na história brasileira e universal.

A literatura infantil e juvenil contemporânea é imensa e merece ser aprofundada no mundo acadêmico. Na atualidade, a literatura indígena alia-se a tradição oral para expressar toda a riqueza estética e milenar contida no legado cultural de cada etnia.

Textos indígenas contam o índio

No acervo bibliográfico em epígrafe há uma acentuada e rica produção da literatura indígena. Já há algum tempo critica-se o modo como os manuais didáticos têm tratado os povos indígenas, desde o mais comum estereótipo, que reduz todas as nações indígenas a uma única categoria de índios, como se todas fossem iguais entre si, até aqueles que ainda veem os índios como canibais. Intencionamos primeiramente verificar a representação do índio na literatura brasileira. O primeiro olhar lançado à cultura indígena no Brasil partiu da perspectiva de um homem letrado, Pero Vaz de Caminha, que

impulsionou o que Afrânio Coutinho denominou de “literatura de conhecimento da terra”, como coloca a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, que inicia entre nós a literatura de conhecimento da terra, é que é o primeiro documento de uma inesgotável ‘*brasiliiana*’, parece ter sido o prelúdio comum a toda “coisa escrita brasileira” (COUTINHO, 2003, p. 233).

Na literatura árcade, assinalamos para a construção do poema *Caramuru*, de Santa Rita Durão, que via o índio como subespécie. Escrito por honra e glória do conquistador Diogo Álvares, o texto aponta o índio como perdedor e elemento de uma ideologia que objetiva delinear os dogmas católicos aos libertinos europeus. Outro representante deste momento literário que tratou da temática indígena em sua obra foi Basílio da Gama com seu poema épico *O Uraguai* (1769) traz para o seu texto a tendência inovadora dos árcades, que de forma pioneira no Brasil, inserem o lirismo no cenário indígena.

No campo literário, dentro da temática analisada neste artigo destacaram-se alguns poetas e prosadores do Romantismo, o primeiro deles que merece menção é Gonçalves de Magalhães, o qual marca o início do Romantismo no Brasil, através de seu poema *Suspiros poéticos e saudade* (1837). No Romantismo, o índio tornou-se o principal componente da cor local e foi retratado em diversas obras, como *A Confederação dos Tamoios* (1856), poema de Magalhães. Tal obra gerou discussões no meio intelectual e críticas, dentre elas as de José de Alencar, devido à sua pouca musicalidade e unidade narrativa, e também por não ser engenhoso nas descrições dos indígenas e a natureza.

Também dentro do Romantismo e através de poemas épicos destaca-se o poeta Gonçalves Dias com os *Timbiras* (1857) e *I Juca Pirama* (1851). Os *Timbiras* é uma epopeia indianista inacabada, que derivou de um projeto ambicioso de Gonçalves Dias que tinha a intenção de substituir os heróis gregos pelos índios, tendo como cenário as florestas brasileiras, com abundantes e coloridas descrições da fauna e flora.

Em *I Juca Pirama*, poema cujo significado em tupi é: “o que há de ser morto, o que é digno de ser morto”. A obra retrata o drama do guerreiro tupi aprisionado pelos Timbiras, que é figurado de uma forma poética e típica do romantismo indianista.

As obras *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874) são testemunhas da inquietação de José de Alencar com o tema da identidade nacional, expresso na figura do índio. Os índios, personagens centrais dessas obras, são destacados em cenários selvagens, surgem como elementos da natureza, destacam a cor local e são símbolos de um passado idealizado e glorioso. Na visão alencariana, o índio parece encenar a perfeita composição entre o homem e a natureza.

Em tempos mais contemporâneos, a abordagem de Darcy Ribeiro, em *Maira*, romance que narra à história de um índio adotado por um padre e, quando levado a seguir o caminho do sacerdócio, questiona sua fé e entra em oposição a si mesmo por ter deixado seu povo; na de Antônio Callado, o romance *Quarup* mescla vivências em uma aldeia indígena aos principais problemas vivenciados pelo Brasil: suicídio de Getúlio Vargas, a renúncia do presidente Jânio Quadros, o movimento de 1964, a atuação das ligas camponesas, recém-criada, dentre outros.

Por fim, como se pode notar, o indianismo foi um marco na literatura enquanto sistema, seja pelo valor do registro histórico, seja pelo estético, mas é importante asseverar que o valor poético esteve presente não somente na voz dos poetas que deram vida a heróis épicos nacionais, como *I Juca Pirama*, de Gonçalves dias; ou de *Caramuru*, de Santa Rita Durão, como também através de José de Alencar, Darcy Ribeiro, Antônio Callado e outros que conseguiram imprimir elementos de nossas raízes.

Ao inverso da literatura indígena para adultos, a literatura infantil apresenta uma produção bastante numerosa. Um grande impulso recai para a produção de alguns escritores das próprias nações indígenas, que, ao colocarem no papel suas histórias, permitem que um novo campo narrativo se abra. Da coleção, destacamos nomes como os de Daniel Munduruku, Hilário Adugonareu, Luiz Galdino, Wasiry Guará, Kaká WeráJecupé, René Kithãulu, Cristino Wapichana, Pichvy Cinta Larga, Maria Alice Cupudunepá e Eliane Potiguara.

Maria Alice Cupudunepá e Eliane Potiguara, por serem as duas únicas mulheres indígenas presentes no acervo analisado, e por pertencerem ao grupo de escritores indígenas, merecem algumas observações. A primeira, da etnia Umutina, Mato Grosso, publicou, em 2002, a obra *Arte indígena Umutina*, uma publicação do Projeto Tucum, da Secretaria de Estado de Educação. Cupudunepá, em sua aldeia, na Escola Indígena Otaviano Calmon, assumiu a sala de aula em 1989 e sua ação didático-pedagógica também está direcionada para a retomada de aspectos culturais que foram perdidos ao longo do violento processo de contato sofrido pelos índios. Com 54 páginas, o livro, que passou pela apreciação e aprovação da Comissão Nacional de Análise de Projetos, na área de Educação Escolar Indígena, atende a demanda de material didático e pedagógico. O texto é escrito em língua portuguesa e possui desenhos de cestos de buriti, canoas, gamelas, cerâmicas, colares, pulseiras, leques, cocares, arcos, flechas, dentre outros.

Eliane Potiguara é Conselheira do Instituto Indígena de Propriedade Intelectual e Coordenadora da Rede de Escritores Indígenas na Internet. Em 1988, foi uma das 52 brasileiras indicadas para o Projeto Internacional Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz. Seu nome vincula-se não somente na lista de escritoras indígenas, mas também, por sua postura política, na luta pelos direitos indígenas. Seu livro, apoiado pela Unesco, *Akajutibiró: terra do índio Potiguara* (1994) versa sobre o cotidiano indígena e consiste em um importante instrumental de apoio à alfabetização para adultos e crianças.

Cupudunepá e Potiguara, da mesma forma que o grupo de escritores indígenas, buscam expressar aspectos da cultura dos povos nativos do Brasil e luta por espaço e reconhecimento identitário. Dos diversos autores por nós analisados, Daniel Munduruku é o que mais se sobressai, por ser um dos escritores indígenas com um número significativo de obras, contendo narrativas extraídas, predominantemente, do seu povo munduruku, além de retratar outras culturas. Recebeu alguns prêmios, dentre eles, na categoria conto da Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil, em 2001. Também recebeu o prêmio Jabuti por *Histórias de índio*, em 2004, e *Meu avô Apolinário* foi escolhido pela Unesco para receber a menção honrosa em literatura para crianças e jovens na questão da tolerância. Com cerca de 30 publicados, Daniel Munduruku conduz um movimento de divulgação da cultura dos nativos, além de produzir textos poéticos que mostram a vida e as histórias dos indígenas. Além da produção literária destinada ao público infantil e juvenil o autor apresenta várias publicações de caráter acadêmico, com temática destinada aos direitos, educação, literatura indígena e a questão da autoria nas publicações indígenas.

Riche (2006) registra em seu levantamento que *O livro das árvores*, obra que reúne informações sobre o cotidiano dos índios ticunas, seus mitos, lendas e crenças, além de um inventário da fauna e flora brasileiras, inaugura uma tendência da literatura brasileira que vai se confirmando ao longo da data. A obra *Histórias de índio*, de Daniel Munduruku, publicada pela Companhia das Letrinhas, e *O livro das árvores*, por ser uma obra coletiva, marcaram um diferencial no mercado editorial. Outras obras passam a ser publicadas e ganham atenção da crítica especializada.

No grupo dos escritores não indígenas presentes na coleção em epígrafe, com o número maior de obras, elencamos nomes como: Monteiro Lobato, Assis Brasil, Ricardo Azevedo, Frei Beto, Marilda Castanha, Hernâni Donato, Ciça Fitipaldi, Betty Mindlin, Luiz Donizete Benzi Grupioni, Ana Maria Machado,

Leonardo Boff, Odete de Barros Mott, Joel Rufino dos Santos e os irmãos Villas-Bôas, dentre outros. Na linha narrativa, esses autores retratam o cotidiano indígena e adentram em esferas da história, do ritual, da religião, do mítico e contribuem para a formação identitária de suas personagens. Destacamos o trabalho primoroso dos irmãos Cláudio e Orlando Villas-Bôas, sertanistas e indigenistas, membros integrantes da Expedição Roncador-Xingu. Ambos também estiveram empenhados em inventariar a memória cultural dos povos indígenas. Parte dessas histórias encontra-se reunida na Coleção Pachachá, ouvidas durante cerca de quarenta anos de convivência com os índios. São elas: *Xingu: os contos do Tamoin* e, as coleção *Pachachá, Morená - a praia sagrada, Tamacavi - o gigante, O rei e o menino índio, Coeviacá - o índio incendiário, O tamoin e a onça e Pachachá e o peixinho*. Os textos, que abordam em sua maioria a mitologia dos povos xinguanos, promovem também uma viagem pelo vocabulário indígena e permitem um saboroso encontro com nossa própria língua. Dentre os livros que compõem essa série, somente *O rei e o menino índio* (1986) extrapola a narrativa mítica para traduzir um fato ocorrido no Parque Indígena do Xingu, no ano de 1964, quando Leopoldo III (1901-1983), rei da Bélgica, passou 58 dias junto aos índios.

Merecem igual destaque as obras da Série Morená, que para os índios Kamaiurá, significa a terra mítica, o paraíso onde mora Mavutsinim, o grande criador. Essa e muitas outras lendas foram escritas por Ciça Fittipaldi, artista plástica, que esteve entre os índios Nambikwara e de lá trouxe a vontade de transmitir às crianças brasileiras um pouco da cultura e da sabedoria dos diferentes povos indígenas. A autora recolhe essas histórias com seriedade, propõe novas abordagens acerca da riqueza dos universos culturais indígenas e proporciona um riquíssimo material para crianças e jovens. Dada sua formação acadêmica, ilustra seus próprios textos com cores, formas e poesia que marcam sua identidade artística. Na coleção Morená, encontramos os seguintes títulos: *A lenda do guaraná, A linguagem dos pássaros: mitos dos índios Kamaiurá, Bacurau dorme no chão: lenda dos índios Tukano, Macunaíma: mito-herói dos índios Makuxi, Wapixana, Taulipang e Arekuná,*

Naro, o gambá: mito dos índios Yanomami, O menino e a flauta: mito dos índios Nambiquara, Subida pro céu: mito dos índios Bororo, Tainá, estrela amante: mito dos índios Karajá.

Dentre as obras divulgadas sobre a sabedoria ancestral, escritas por não índios, e que chamaram a atenção da crítica especializada, merece menção a obra publicada pela Editora Salamandra, em 2001, *O Casamento entre o céu e a terra: contos dos povos indígenas do Brasil*, de Leonardo Boff, expoente da Teologia da Libertação no Brasil. Além de relatos, contos, mitos e informações sobre o cotidiano, a narrativa contém ampla pesquisa sobre a herança humanística e a contribuição dos povos indígenas do Brasil. A obra recebeu o Prêmio Figueiredo Pimentel - O Melhor Livro Reconto, de 2002, da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.

Entre os antropólogos preocupados em registrar essas narrativas, temos a obra *Mitos Indígenas e narradores indígenas* (2006), publicação da Editora Ática, de Betty Mindlin, que sempre teve grande interesse pelas questões indígenas e, desde 1979, vem trabalhando em projetos de pesquisa e apoio a numerosos povos da Amazônia. A obra em questão é uma coleção de mitos dos índios Suruí, Ajuru, Arara-Karo, Arikapu, Aruá e outros contados em sua língua indígena à antropóloga e traduzidos para a língua portuguesa. A autora defende a importância dessas narrativas, pois acredita que o “o convívio com essa cultura fez com que [...] compreendesse ainda mais a importância da sua preservação” (MINDLIN, 2006, p. 142).

A Editora Villa Rica propiciou também especial atenção à literatura indígena com a *Coleção Lendas da Amazônia*, recontadas por Stella Leonardos: *A Lenda da origem da humanidade, Lenda da origem do rio Amazonas, Lenda dos Buracos do céu, Lenda da Iara, Lenda da Cobra Norato, Lenda da Vitória-Régia, Lenda do Uirapuru*. No conjunto, os textos adentram sobre o manancial mitológico, especialmente do povo Caxinauá, localizados no Acre, Amazonas e Peru.

Lendas Brasileiras é outra coleção que deve ser destacada em nossa análise. De autoria de Maria Thereza Cunha de Giacomo, esposa de Arnaldo Magalhães de Giacom, consagrado postumamente membro da Academia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil. A escritora de literatura infantil e poetisa adaptou vários mitos indígenas em 24 livros. Destes, apenas 3 não contemplam a mitologia indígena. Foram escritos na década de 1970 e fazem um percurso por algumas etnias que atualmente habitam o Brasil, a saber: *Como surgiu a noite* (etnia não identificada), *Uma festa na selva* (Tembé), *A lenda da mandioca* (Tupi), *A origem das estrelas* (Bororo), *A lenda da lara* (etnia não identificada), *A lenda do guaraná*, *Tahira-Can*, a estrela vésper (Karajá), *O curupira* (etnia não identificada), *A surucucu e o sapo* (etnia não identificada), *Os dois papagaios* (Bororo), *Macunaíma* (Taulipangues), *O macaco e o fogo* (rio Juruá), *O dilúvio* (Caingangues), *A onça e o raio* (Taulipangues) e *Jurupari* (Tupi-guarani).

Veiculadas através da tradição oral, as textualidades literárias produzidas por índios e não índios no Brasil são diversas. Apesar de podermos encontrar traços recorrentes, a multiplicidade e diversidade da cultura indígena, bem como seu universo linguístico, devem ser cuidadosamente observadas, respeitadas e preservadas.

No âmbito institucional, em Mato Grosso, o Projeto Tucum - Programa de Professores Indígenas para o Magistério teve como objetivo a formação de professores indígenas que já atuavam em sala de aula. O currículo, de caráter intercultural, propiciou também a abordagem de conteúdos das culturas indígenas participantes, assim como os de interesse das comunidades, o que preconizou um currículo diferenciado, específico, intercultural e bilíngue. Nesse contexto, responsabilizou-se por uma produção que deve ser destacada. Autores indígenas, principalmente a partir do ano 2000, passam a incorporar a constelação de autores de livros infantis e juvenis ao abordarem questões

sobre os povos: Bororo, Umutina, Rikbaktsa, Paresi, Munduruku, Bakairi e Xavante. Esse fato, sem dúvida, deu um novo impulso à produção literária.

O governo do Estado de Mato Grosso sediou em 2010 e 2011 a Feira do Livro Indígena - FLIMT, evento nacional que teve como objetivo difundir o prazer da leitura por meio da literatura indígena, com a participação de autores indígenas e não indígenas. A ideia da feira nasceu da diversidade cultural indígena existente no estado e no país. Autores índios e não índios se encontraram em Mato Grosso para apresentar suas produções literárias, realizar contação de histórias, lançar livros, apresentar seminários temáticos. Essas ações contribuíram para dar maior visibilidade à identidade indígena, momento em que a literatura infantil e juvenil ganhou destaque especial.

Irakisu: o menino criador

Diversas terras indígenas foram destinadas aos mais de trinta grupos da etnia Nambikwara, localizada no Oeste de Mato Grosso, em três ecossistemas: Serra do Norte, Vale do Guaporé e Chapada dos Parecis. Todavia as linhas que contornam o espaço apreendido e ocupado pelo Nambikwara tecem-se nas urdiduras das suas representações culturais e resultam de um processo etno-histórico no decurso do contato entre povos indígenas vizinhos e grupos sociais oriundos de diversas partes do Brasil.

O indígena Renê, autor do livro *Irakisu: o menino criador* (2002), pertence ao grupo Kithãulu, da etnia Nambikwara. O significado do nome de seu grupo indica “povo da flor do marmelo”. No que diz respeito às denominações dos grupos da etnia Nambikwara, Melatti (1997, p. 239) afirma que “os Nambiquaras não davam nomes aos seus grupos locais ou a seus agregados regionais, de modo que as denominações que depois surgiram o foram devido às exigências do contato com os brancos”. Entretanto, essas denominações estão relacionadas a uma determinada área de ocupação tradicional ou

também pode se referir à particularidade física de um chefe que, em um tempo muito antigo, organizou uma facção, formando o seu próprio grupo, como é o caso dos Kithãulu.

Renê Kithãulu narra as memórias de sua etnia como forma de preservação da cultura e do imaginário indígena. Em *Irakisu: o menino criador* (2002), o autor reúne mitos e lendas que recontam a gênese do povo Nambikwara. A narrativa trata das aventuras da infância, das relações familiares e em comunidade, das experiências para manutenção da tradição, tanto culturais quanto de subsistência. Um dos aspectos mais rico e sugestivo deste livro de Renê Kithãulu versa sobre a origem do Povo Nambikwara:

Takalulu vivia sozinho no mundo. Queria muito encontrar uma mulher e muitas outras pessoas para lhe fazer companhia. Então começou a cantar, cantar e cantar, e foi cavoucando, cavoucando um buraco no chão. De dentro do buraco, ele ia jogando para fora bolinhas de terra mole. E cada uma dessas bolinhas se transformava numa pessoa. Quando saiu do buraco, Takalulu viu que havia bastante gente. Ficou muito feliz e, nesse momento, transformou-se no pássaro pedreiro chamado *takalulu* (KITHÂULU, 2002, p. 9).

Outros mitos evocados tratam da origem da noite, do dia, das plantas e da flauta sagrada e ainda dos rituais de iniciação nas diferentes etapas da vida na aldeia, como o ritual da menina moça, cerimônia que marca a passagem da infância para a vida adulta, na qual a menina fica reclusa quando menstrua pela primeira vez.

Podemos dizer que as narrativas escritas indígenas têm a sua raiz na oralidade. Paul Zumthor, na obra *A letra e a voz* (1996), sublinha, por exemplo, o papel fundamental da voz e evidencia a importância da oralidade na sua relação com a escrita durante toda a Idade Média na literatura europeia. Em *Irakisu: o menino criador*, tivemos a oportunidade de verificar que a obra se organiza a partir de uma sucessão de episódios baseados na oralidade. Valorizar esse domínio é uma forma de conhecer e respeitar,

reaver, talvez contributos importantes para a (re)criação e reformulação de uma cultura local.

Na tradição oral, a permanência do texto assenta-se exclusivamente na memória do contador/narrador - no caso da tradição indígena, na memória dos mais velhos, tidos como os mais sábios:

Na nossa aldeia, quando anoitece, as crianças chamam o cantor para animar as pessoas e contar histórias, que chamamos *wantaîyaujausu*. Em geral, são os velhos que contam histórias, mas os avós e tios também podem contá-las. [...] Com a fogueira acesa e as crianças sentadas ao seu redor, o velho começa a contar histórias enquanto vai fumando. Quando os pequenos não entendem alguma palavra, perguntam. As mulheres e as meninas também vão, toda a aldeia escutar as histórias (KITHÁULU, 2002, p. 11-12).

Desse modo, em *Irakisu: o menino criador*, observamos a tentativa de conciliação dos sistemas oral e escrito, através dos principais narradores: os velhos da aldeia, que contam as histórias em voz alta, e Renê Kithãulu, que conta a sua história, registrando-a. A tradição, representada pelo mundo dos mais velhos, é assumida pelos mais novos através da leitura e da escrita, recriando-a estes pela vocalização da letra. A representação do ato de narrar expande-se, ganhando novos contornos.

Uma característica marcante do livro *Irakisu: o menino criador* é o diálogo entre o texto escrito e visual; a narrativa é pontuada de desenhos bem coloridos feitos pelo próprio autor com as crianças Nambikwara. Para os indígenas, as ilustrações têm o mesmo valor das histórias escritas e, alguns casos, possuem um significado cultural.

Outro ponto que achamos relevante tem a ver com a revalorização da memória e da função social, anteriormente concedidas pela oralidade. Como os demais autores de literatura indígena, Renê Kithãulu externa as memórias de seu povo como forma de divulgação da cultura e do imaginário indígenas.

Irakisu: o menino criador é o relato, segundo o autor, da possibilidade de “contar, neste livro, algumas histórias do meu povo para vocês, histórias que escrevo com todo o coração” (KITHĀULU, 2002, p. 7). Trata-se, portanto, de uma narrativa de memórias em que o narrador-protagonista traz seus depoimentos pessoais e, além disso, registra os costumes, ambiente e mitos de seu povo.

Observamos que a produção literária de autoria indígena, representada por Renê Kithāulu, revela forte traço de resistência e valorização cultural. A literatura de autoria indígena faz parte de um projeto de definição do estatuto nacional das literaturas emergentes, especialmente a (des)colonização. Quando escrevem suas narrativas, os escritores indígenas apregoam todo seu legado mítico, carregado de magia, de elementos divinos e fabulosos, que caracterizam as personagens, os espaços e os enredos das histórias.

Considerações finais

À guisa de uma conclusão, a coleção de 373 livros infantil e juvenil aqui contemplada nos indica que as narrativas de povos indígenas podem mostrar às crianças e jovens a necessidade de preservar as histórias dos povos através dos tempos. São também possibilidades de revisitar o passado e levar também em conta a multiplicidade de memórias. Quem finaliza a resposta a essa questão é Daniel Munduruku, presidente do Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual: “Desejamos que nossos leitores possam ter um olhar crítico sobre a diversidade cultural e linguística que existe em nosso país. E, principalmente, possam perceber os índios como aliados na árdua tarefa de construir um Brasil melhor para todos” (NEARIN, 2009, p. 3).

Ler literatura infantil e juvenil indígena possibilita, sem dúvida, um olhar multicultural para povos que possuem maneiras tão distintas de viver e que, a

sua maneira, vêm enfrentando as vicissitudes do contato com os não indígenas. Esse enfrentamento inclui diversas ações contra o empobrecimento social das populações indígenas, pois também consiste em um fator que leva à perda gradativa de valores culturais, bem como a destruição das terras indígenas. Uma dessas ações consiste, sem dúvida, na leitura crítica de livros infantis e juvenis sobre a questão indígena em nosso país.

A literatura indígena também se destaca ao ser um instrumento adotado em sala de aula para ampliar o trabalho dos professores acerca da temática. A formação de leitores é um dos temas mais discutidos ao longo da formação escolar, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. Para formar o leitor são inúmeras as possibilidades de trabalho com as narrativas indígenas. Ao trabalhar com os contos indígenas, o professor estará trazendo para a sala de aula distintas visões de mundo que vão enriquecer o universo cultural dos alunos, instigando-lhes a curiosidade e ampliando seu espaço de ação/reflexão sobre a vida, a natureza, sobre nosso ser/estar no mundo.

Os escritores aqui analisados veem na literatura infantil e juvenil uma oportunidade para educar as novas gerações sobre o índio. Buscam fomentar o respeito entre as diversidades dos povos e suas culturas, imprimindo em cada obra a riqueza das lendas, culturas e tradições das histórias dos povos indígenas, parte do riquíssimo patrimônio que recebemos dos povos indígenas que habitaram e dos que ainda habitam o Brasil.

Visitar o tempo pretérito pela memória significa reelaborar aquilo que foi sentido, vivenciado. Essa reelaboração de experiências vai além da mera recordação. O ato de recordar, fragmentos vividos, completa-se ao juntar-se às sensações do presente e, só então, torna-se passível de ser reconstruído pela voz da oralidade. Revelar fragmentos do passado, tendo como base as fontes orais, em especial, a narrativa indígena, significa experimentar um tratamento inédito ao que se quer eternizar pela escrita. O ato de lembrar é o ensejo de visitar e, sobretudo, de refletir sobre um passado. Narrativas,

teias instigantes dessa forma discursiva, caracterizam-se por ser fluxos de memória que revivem sentimentos, informam, esclarecem e até inventam para compor um novo desenho textual. Os livros analisados são uma importante trilha, com vozes polifônicas, para um projeto de formação de leitores plurais para ser adotada em sala de aula. Uma trilha de aventuras repleta de personagens verídicas, fantásticas e sobrenaturais.

Por fim, com *Irakisu: o menino criador* (2002), Renê Kithãulu traz à tona um passado, um mundo vivido, usa a escrita para manter viva sua memória e a partir dela construir sua prática literária, a literatura da floresta. Renê reforça a identidade de seu povo com a literatura: esse é seu maior objetivo, quando tira suas histórias, cantos, mitos e poemas do âmbito da oralidade e eterniza no âmbito literário.

Referências

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual*. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3. ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

CADEMARTORI, Ligia. *O que é literatura infantil*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. São Paulo: Global, 2003.

CUPUDUNEPÁ, Maria Alice. *Arte indígena Umutina*. Projeto Tucum. Secretaria de Estado de Educação. Cuiabá, 2002.

DUSSEL, Henrique. *Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 341-395.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. *A temática indígena na escola: subsídios para os professores*. São Paulo: Contexto, 2011.

KITHÁULU, Renê. *Irakisu: o menino criador*. São Paulo: Peirópolis, 2002.

MELATTI, Júlio Cezar. *Índios da América do Sul. Áreas etnográficas*. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, 1997, v. II (Digitado).

MINDLIN, Betty. *Mitos indígenas e narradores indígenas*. São Paulo: Ática, 2006.

NEARIN. *Pequeno catálogo literário de obras de autores indígenas*. Rio de Janeiro: NEARIN; Callis; Edelbra, 2009.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei nº 11.645, de 10.03.2008*. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm> Acesso em: 2 jul. 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>>. Acesso em: 5 jul. 2013.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICHE, Rosa Maria Cuba. *Literatura infantil e juvenil brasileira: os caminhos da produção e o resgate da memória*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br>. Acesso em: 5 jul. 2013.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). Introdução. In: _____. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15-27.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Recebido em: 30 de julho de 2014.
Aprovado em: 12 de dezembro de 2015.